

A LUTA DO MOVIMENTO INDEPENDENTE MÃES DE MAIO: SE A JUSTIÇA FOR NEGADA, A MEMÓRIA NÃO SERÁ APAGADA

*THE STRUGGLE OF THE INDEPENDENT MOVEMENT MOTHERS OF MAY: IF JUSTICE IS DENIED,
MEMORY WILL NOT BE ERASED*

Débora Maria da Silva

Fundadora e Coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio. Pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp.
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4730944569079409>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5262-4162>
debi1977@gmail.com

Valéria Aparecida de Oliveira Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PRoMuSPP) pela USP. Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela Unifesp. Pesquisadora do CAAF/Unifesp.
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7626336242155149>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2298-0487>
valeria.oliveira64@usp.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar o contexto da violência estatal perpetrada pelos agentes da segurança pública, nos ataques ocorridos no estado de São Paulo no ano de 2006, que deu origem ao Movimento Independente Mães de Maio. Este movimento é composto por mães e familiares das vítimas que permanecem na luta resistindo pelos últimos 17 anos, buscando manter a memória já que a justiça lhes é negada.

Palavras-chave: Mães de Maio; Violência de Estado; Memória.

Abstract: This article aims to address the context of state violence perpetrated by public security agents in the attacks that occurred in the state of São Paulo in 2006, which gave rise to the Independent Movement Mothers of May. This movement is composed of mothers and relatives of the victims who remain in the struggle resisting for the last 17 years, seeking to maintain the memory since justice is denied them.

Keywords: Mothers of May; State violence; Memory.

1. Introdução

No Brasil é comum ouvirmos que “brasileiro não tem memória” e normalmente, o jargão está relacionado aos diferentes contextos históricos, principalmente o político. Este artigo, escrito a duas mãos, tem o intuito de rememorar os graves fatos ocorridos na história recente do nosso país no que diz respeito à violência, em especial,

a violência estatal que age por meio de seu aparato repressivo – a Polícia Militar –, considerando que a cada dia aumenta mais o índice de crimes cometidos por agentes da segurança pública em todo o território nacional.

Há quem diga que esta prática violenta, esta política de morte adotada pelos policiais militares foi herdada do período ditatorial,

contudo, torna-se importante ressaltar que mesmo com a atuação incessante dos familiares de vítimas e das pessoas desaparecidas durante a ditadura militar na luta pelo reconhecimento dos crimes praticados naquele período, o Estado nunca admitiu a existência de tortura, morte e desaparecimentos forçados.

Essa relação entre os diferentes contextos está diretamente ligada com o *modus operandi* dos crimes praticados por policiais militares, ainda mais porque quase nunca são investigados e acabam caindo no esquecimento. Como resultado, os autores são anistiados se valendo da mesma lei que beneficiou os algozes das inúmeras práticas violentas ocorridas nos porões da ditadura.

Entretanto, é fato que existe uma grande e importante diferença entre os crimes praticados na ditadura em comparação aos crimes cometidos na democracia: as práticas exercidas nos porões, longe dos olhos da sociedade, ganharam as ruas das periferias e favelas de todo o país – as chacinas – que desde o início da década dos anos 1990 passou a ter como alvo os jovens pobres e pretos, que vêm sendo assassinados com claros indícios de execução sumária e crueldade, contabilizando também os inúmeros desaparecimentos forçados.

De acordo com **Mingardi** (2015), o Estado brasileiro tem sido autor de inúmeras violações, incluindo as praticadas pelas forças policiais, que se configuram na atualidade como uma das mais violentas no mundo. Corroborando com esta afirmação, em recente reportagem divulgada⁷, o número de mortos por policiais militares no estado de São Paulo aumentou cerca de 25% no primeiro bimestre de 2023 em comparação com o mesmo período no ano de 2022.

Além disso, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) apontam o considerável aumento da letalidade policial no Brasil registrando a quantidade de mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço. Segundo consta, no ano de 2019 foram registradas 3.826 mortes e em 2020 foram 4.450 casos (p. 57). Em decorrência desses índices alarmantes e crescentes, o Estado brasileiro tem sofrido representações de inúmeras denúncias em âmbito nacional e internacional, que demonstram a violência generalizada e, mais que isso, apontam a impunidade perpetuada ao longo da história.

2. Mães de Maio: 17 anos de luta e resistência

Foi nesse contexto histórico de violência política e institucional que surgiu em maio de 2006, na região da Baixada Santista, litoral de São Paulo, o Movimento Independente Mães de Maio após uma desastrosa e cruel ação da Polícia Militar em todo o estado de São Paulo, que deu origem a quase 500 mortes de jovens civis, com claros indícios de execução sumária e alta letalidade (CARAMANTE, 2016).

Esses crimes ficaram conhecidos como os Crimes de Maio de 2006 e, a partir disso, as mães das vítimas fatais e desaparecidas no período de 12 a 20 de maio, deram início às ações do Movimento na luta por justiça e verdade sobre aqueles ataques divulgados pela mídia e atribuídos pelo então governo do Estado às ações do crime organizado. Até os dias atuais, esta informação permanece no imaginário da sociedade como sendo os "ataques do PCC".

Como resultado dos Crimes de Maio de 2006, as mães e familiares das vítimas da violência se organizaram e passaram a denunciar especialmente a violência contra os pobres, os negros e os habitantes das periferias. Um dos principais objetivos do movimento foi buscar

a verdade sobre as ocorrências em maio de 2006, denunciando a versão oficial do massacre e que o Estado era o principal responsável pela violência e pelo assassinato de centenas de vítimas inocentes mortas pelas forças de segurança do estado de São Paulo.

O Movimento Mães de Maio foi dando os primeiros passos, transformando o luto individual numa luta coletiva, como refletia o título de uma das primeiras publicações do movimento [Mães de maio – do luto à luta]. As mães das vítimas foram se reconhecendo como grupo, amadurecendo e se transformando em um coletivo independente a partir das lutas diárias em busca de justiça.

Desde então, uma das reivindicações fundamentais do Movimento Mães de Maio foi o desarquivamento do processo relativo aos assassinatos de seus familiares e o deslocamento de competência das investigações dos crimes para a esfera federal. Todos os processos foram encerrados por parte das autoridades do estado de São Paulo e na avaliação do movimento só o deslocamento da competência permitiria o avanço das investigações para identificar e julgar os responsáveis pelos crimes.

Essas mulheres se juntaram, caminharam lado a lado e ofereceram ajuda e solidariedade a outras famílias de vítimas da violência de Estado. O movimento passou, pouco a pouco, a ganhar visibilidade, participando dos debates públicos sobre violência policial e fazendo intervenções na mídia exigindo justiça.

Como afirmou **Bruno Paes Manso**: "Iniciava-se um novo movimento contra a violência policial, amparado e impulsionado pela dor das mães enlutadas, que eram obrigadas a se calar diante do assassinato dos seus filhos" (CARAMANTE, 2016, p. 73-74).

Como resultado das experiências de organização de mães e familiares de vítimas, o Movimento Mães de Maio começou um processo de articulação mais amplo com a proposta de criação de uma rede nacional de mães e familiares. Assim, em 2016, aconteceu no estado de São Paulo o I Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas de Violência do Estado. Como afirmavam no documento⁸ do Encontro:

"COMO RESULTADO DOS CRIMES DE MAIO DE 2006, AS MÃES E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SE ORGANIZARAM E PASSARAM A DENUNCIAR ESPECIALMENTE A VIOLÊNCIA CONTRA OS POBRES, OS NEGROS E OS HABITANTES DAS PERIFERIAS."

Hoje estamos reunidas aqui em São Paulo, nestes cinzentos dias de 11 a 13 de maio de 2016, por ocasião dos 10 anos dos Crimes de Maio – o maior massacre estatal da história contemporânea do Brasil, para realizarmos, nós por nós mesmas, o “I ENCONTRO INTERNACIONAL DE MÃES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO: POR JUSTIÇA, REPARAÇÕES E REVOLUÇÃO!”. Nós conseguimos, com muito sacrifício, realizá-lo de ponta a ponta e aproveitar estes preciosos momentos para nos encontrar ou reencontrar, trocar nossas duras experiências tão semelhantes (e tão singulares), nos fortalecer psicologicamente e fortalecer a nossa solidariedade e organização autônoma, e assim pensarmos juntas os próximos passos da nossa difícil luta comum. E assim chegamos também, juntas, a algumas conclusões, ou talvez algumas proposições que gostaríamos de, humildemente, em mais este triste momento vivido pelo país, registrar e transmitir a toda população nesta Carta Final, especialmente ao nosso Povo Negro, Indígena, Pobre e Periférico.

Nos anos seguintes – 2017, 2018 e 2019 – aconteceram outros encontros nacionais, sendo interrompido em 2020 em razão da pandemia da Covid-19. Nesses encontros, as mães e familiares discutiam como enfrentar, nas palavras delas: “essa desastrosa matança nacional”, contribuindo na criação de uma rede nacional na qual o intercâmbio de experiências foi fundamental para a consolidação dos processos de resistência contra a violência de Estado no país.

Na perspectiva de defesa dos Direitos Humanos, à custa de muito descaso e discriminação, por quase 17 anos essas mães permanecem na luta cotidiana, corajosamente, impulsionadas a manterem a resistência, denunciando os crimes que vitimaram seus filhos, a nível nacional e internacional, percorrendo uma trajetória de busca incansável por respostas, tornando-se referência na luta pelo fim da violência policial, contra a criminalização e o genocídio da juventude em todo o país, fortalecendo na articulação e incentivo aos grupos de mães e familiares de outros estados brasileiros.

Mas o que é resistir diante de reiteradas ações e práticas sangüinárias por parte da Polícia Militar em um país que denunciar a violência e as atrocidades promovidas pelo Estado brasileiro não traz garantias de que a justiça será finalmente alcançada?

Um exemplo disso é que após 11 anos, desde que foi feita a denúncia dos crimes ao GAECO, recentemente, o órgão afirmou que as investigações não deram “em nada” porque as provas levantadas foram inconclusas e que, portanto, a única alternativa seria o arquivamento dos casos.

Diante desse resultado, em relação aos crimes cometidos pelo Estado, o que se pode afirmar é que, mesmo após 17 anos de

reivindicações, mobilizações, organização de grupos para unificar pautas com o intuito de articular outros coletivos e movimentos sociais, ativistas pelos Direitos Humanos e instituições ligadas à defesa de direitos, o Movimento Independente Mães de Maio segue em permanente atividade atuando onde o Estado falha. Nesse sentido, promove ações de fortalecimento das mães e de outras pautas importantes, tais como, proporcionar atendimento psicológico frente aos inúmeros casos de adoecimento e medicalização de mães que tiveram seus filhos e filhas arrancados de seu convívio pela violência desse mesmo Estado que nega os crimes cometidos.

Além disso, nos anos de luta essas mães se reconheceram como protagonistas de suas próprias histórias, reivindicando o lugar de pesquisadoras e produtoras de conhecimento, também atuando à frente da construção e elaboração de políticas de atendimento às mães e familiares de vítimas da violência de Estado.

3. Considerações finais

Frente ao exposto, quando se trata de lembrar os caminhos que as mães dos Crimes de Maio de 2006 percorreram, é premente observar que a sociedade em geral tende ao esquecimento sobre esses crimes e tantos outros que vêm ocorrendo nos últimos anos, corroborado pela falta de respostas da parte do Estado.

Entretanto, para as mães e familiares que lutam pela verdade e pela justiça, o resgate da memória passa a ser um elemento importante para reafirmar o contexto dos fatos ocorridos bem como narrar a história vivida, para que nunca seja esquecida. Embora o Movimento de Mães esteja articulado em todo país, os avanços obtidos são ínfimos frente à justiça brasileira que vem demonstrando que o grave problema decorrente das ações da sua força coerciva está longe de ser resolvido.

Um ponto a ser destacado é que com a morosidade do sistema de justiça em objetivamente dar respostas sobre os crimes recorrentes e cada vez mais violentos, é custoso para as mães e familiares darem continuidade às suas vidas sem alcançar a devida responsabilização, isso porque essa incidência de violações propicia mais dor e sofrimento, causando o adoecimento das mães e familiares, em muitos casos levando à morte.

Contudo, é no contexto das ações que implementam junto ao movimento social que essas mães transformam a dor e o sofrimento em potência, a partir das trocas e afeto coletivo (SILVA, 2021), com a certeza de que não desistirão jamais, pois enquanto há vida, haverá luta.

Notas

¹ A reportagem foi publicada no site do G1, em 4 de abril de 2023. Poderá ser consultada em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/04/mortes-cometidas-por-policiais-sobem-25percent-em-sp-no-1o-bimestre-da-gestao-tarcisio-de-freitas.ghtml>

² A carta foi publicada no site da Justiça Global, em 13 de maio de 2016 e poderá ser acessada na íntegra por meio do link: <http://www.global.org.br/blog/carta-final-do-i-encontro-internacional-das-maes-de-vitimas-da-violencia-do-estado/>

Referências

CARAMANTE, André (org.). Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Editora Nós por nós, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anoario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MINGARDI, Guaracy. Apresentação. In: KUCINSKI, Bernardo et al. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Débora Maria da (org.). Memorial dos nossos filhos vivos: as vítimas invisíveis da

democracia. Mães de Maio. São Paulo: Editora Nós por nós, 2019.

SILVA, Débora Maria da (org.). Do luto à luta. Mães de Maio. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

SILVA, Valéria Aparecida de Oliveira. A violência de estado e as mulheres/mães: sofrimento e reparação pela perda de familiares durante e após os crimes de maio de 2006 na região metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

Autoras convidadas